

O mundo certificado

“N ão haverá vida segura sem certificação digital.” Esse tem sido um dos paradigmas praticamente inquestionáveis quanto ao padrão de segurança para o desenvolvimento da economia digital em todo o mundo. Com a digitalização de processos, é vital aumentarmos o grau de certeza quanto a quem realmente está do outro lado da conexão, bem como dar valor de prova aos logs, documentos e faturas resultantes das trocas eletrônicas em geral. A certificação digital é a melhor forma de endereçarmos as questões de autoria, inviolabilidade, não-repúdio e temporalidade, por meio de recursos de assinatura digital, criptografia e autenticação de tempo com a hora oficial do Brasil.

Sua utilização já é virtualmente compulsória em transações de e-banking e interbancárias, bem como para as dez mil maiores empresas contribuintes. Nos próximos anos, a obrigatoriedade de uso dos e-CPFs e dos e-CNPJs certamente se estenderá a todos que se relacionam com a Receita Federal, ainda que na categoria dos isentos.

Estamos falando de um mercado em expansão que vai potencialmente adquirir anualmente algo como 25 milhões de certificados digitais já em 2007 ou 2008, o que representa pelo menos dois bilhões de reais renováveis a cada ano, sem contar os investimentos em mídia, periféricos e serviços “e-notariais”, de certificação, fluxo e armazenamento de uma quantidade crescente de documentos eletrônicos.

Nesse cenário, o Brasil é referência internacional em como gerir a internet e organizar uma infra-estrutura de chaves públicas oficial. A ICP-Brasil, que funciona na esfera do ITI – Instituto de Tecnologia da Informação, sob a Casa Civil da Presidência da República, é um exemplo para países de todo o mundo, organizando um mercado promissor, que já conta com a confiança e os altos

investimentos de oito autoridades certificadoras: AC-Sincor, Serasa, Certisign, Caixa Econômica Federal, Presidência da República, Justiça Federal, Receita Federal e Serpro.

Estamos falando sobre uma verdadeira revolução nos costumes e na modernização radical das relações comerciais e econômicas no País. Usaremos certificados digitais não apenas em todas as nossas transações on-line, incluindo celulares, mas, também, no futuro próximo, em um sem-número de situações no “mundo real”, sempre que precisarmos dizer, digitalmente, que “eu sou eu, mesmo”.

No mundo dos negócios, a relação de situações que requerem e requererão certificação digital é infinita, afora o necessário uso público, principalmente nas questões impositivas e no usufruto pelo cidadão dos benefícios de direito nos sistemas de saúde e previdenciário.

No plano prático, algumas iniciativas servem de exemplo e apontam para onde os usuários de internet inevitavelmente convergirão. A Rede de Bem-Estar Social, criada pelo Sincor/SP, é um exemplo de potencialização de um network de 28 mil corretores, tendo a certificação digital como vetor de coesão e segurança no setor de seguros. A próxima conquista na conscientização sobre a inexorabilidade do uso de certificados digitais se dará com os maiores portais e lojas on-line, que oferecerão vantagens àqueles que se logarem fazendo uso de certificados digitais sob a ICP-Brasil.

É hora de consolidarmos o marco regulatório e os avanços privados que já fazem parte de nosso inconsciente tecnológico e se afirmam definitivamente como diferenciais e instrumentos de competitividade da economia e da nação brasileira. **B2B**



Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico
cid.torquato@camara-e.net